

As tensões teóricas entre Modernidade e Pós-Modernidade: Efeitos nas políticas públicas brasileiras

Theoretical tensions between modernity and Post-Modernity:
effects in the brazilian public politics

SILVA, Ivone Maria Ferreira da (UFMT)¹

SILVA, Rose Cléia Ramos da (UFF)²

Resumo

Importa discutir, nos limites deste texto, quais as influências que as tensões de nível teórico-prático da modernidade e da pós-modernidade são mais claramente identificadas em âmbito científico. Discute-se o legado da modernidade e os elementos que revelam as novas tendências teóricas, chamadas de pós-modernas, que abandonam categorias de análise dos fenômenos da realidade que situam as lutas de classes e o processo histórico, optando por uma centralidade para a compreensão crítica do real. Em que bases são consolidadas as políticas públicas brasileiras e qual a leitura se pode fazer no âmbito dessas tensões?

Palavras-chave: Modernidade. Pós-modernidade. Políticas públicas.

Abstract

This essay aims to show what influences in the practical and theoretical levels of tensions of Modernity and Post-Modernity are more clearly identified on scientific scope. Discusses the legacy of Modernity and the elements that reveal the new theoretical tendencies, called Post-modernity, that abandon analysis category of reality phenomena that establishes the class struggles and the historical process with centrality for the critical comprehension of reality. In which basis are the Brazilian public politics consolidated and what can we understand about the scope of these tensions?

Key-words: Modernity. Post-modernity. Public politics.

1 Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso –UFMT. Av. Fernando Corrêa da Costa, s/n, Coxipó, CEP: 78.060-900, Cuiabá, MT, Brasil. E-Mail: <ivone.ferreira@terra.com.br>.

2 Mestre em Educação – UFMT. Professora do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT, Brasil. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói-RJ, Brasil. Endereço profissional: UFMT – Av. Fernando Corrêa da Costa, s/n. Coxipó, Cuiabá-MT, Brasil. E-Mail: <rosecleiaramos@terra.com.br>.

Introdução

Para atualizarmos o tema da modernidade enquanto projeto ilustrado que nasce com a Idade da Razão, no século XVIII, requer, antes, situarmos as determinações históricas que estão na base desse processo. Trata-se de eventos sociais que contribuíram para as transformações societárias que ainda hoje têm efeito sobre a realidade sociohistórica contemporânea. Para tanto, serão tecidas, de modo contextualizado, alguns fatos da história do Ocidente, que repercutiram diretamente nas atuais divergências teóricas entre esses dois paradigmas (?) ou épocas.

As “revoluções” que mudaram o mundo...

O Iluminismo, a Ilustração, a Modernidade e a Razão não aconteceram por obra do acaso, mas deram forma às profundas transformações que ocorreram na Europa Ocidental, desde as grandes navegações que saíram em busca de novas terras, metais preciosos e conhecimento científico (astronomia), das reformas religiosas, com Lutero e Calvino, enfraquecendo o poder clerical; da Revolução comercial, que deu origem ao capitalismo e às revoluções Francesa e Industrial. Acontecimentos históricos emblemáticos, considerando-se a sua importância para a história das idéias, principalmente porque a maioria dos estudiosos os define como divisas da Idade Moderna. Assim, tocamos, pontualmente, em alguns desses acontecimentos - sem nenhuma conotação valorativa *a priori* -, apenas à guisa de ilustração de um momento definidor para a história social, com inflexões que se remetem ao mundo contemporâneo.

Começemos pela Revolução Comercial, que se constituiu num dos fatores primordiais para a crise do sistema feudal. Ocorrida entre os séculos XI e XIII, transformou camponeses em burgueses, mediante a emergência do comércio urbano, a formação e o enriquecimento de novas cidades, possibilitando o fortalecimento das relações sociais daquele período. Como decorrência, cresceu também o capitalismo, com a propriedade privada dos meios de produção, o advento do trabalho assalariado, a aplicação dos lucros e a livre concorrência. Foi na fase do mercantilismo que o Estado passou a intervir na economia, atraindo dividendos para as coroas. Nesse contexto, as vítimas foram os artesões.

A revolução comercial resultou, ainda, na ascensão da burguesia, no resgate da escravidão e no progresso da agricultura. Além disso, contribuiu para a formação da classe capitalista, para o aumento do mercado consumidor e da matéria-prima, que chegou às colônias levando o desenvolvimento das manufaturas; esse

processo culminou com a Revolução Industrial. Transformações que ocorreram concomitantes à longa transição do modo de produção feudal para a economia capitalista, representando a substituição da velha aristocracia rural por uma nova classe: a burguesia comercial³.

Resumindo Ordoñez e Quevedo (2000), diríamos sobre a Revolução Industrial, deflagrada na Inglaterra por volta de 1780, que resultou nas inovações tecnológicas, em especial do aparecimento da máquina a vapor, na passagem do regime agrário para o industrial, substituindo o trabalho familiar e manufatureiro pelo maquinismo fabril, transformando-o num novo processo produtivo baseado nas funções e responsabilidades do empresário-capitalista e do operário-trabalhador: o primeiro passa à condição de dono da mão-de-obra empregada na produção.

A ausência de invenções tecnológicas, até aquele momento, aprisionara o homem numa condição socioeconômica que o impedia de ir além. Apesar de vários países já terem experimentado algum tipo de técnica no trabalho manual somente a partir da modernidade capitalista as relações de trabalho sofreram mudanças com as invenções tecnológicas o que implicou em profundas transformações sociais. Até então, os instrumentos de trabalho existentes equiparavam-se aos mesmos utilizados na Idade da Pedra.

A partir dessas colocações, podemos reiterar conclusões já sabidas: que a indústria foi desenvolvida tanto para responder às necessidades de aprimoramento das técnicas produtivas artesanais - através das descobertas científicas, como para responder a uma demanda cada vez maior do mercado capitalista em expansão. Resultaram ainda dessa revolução: o alargamento do comércio internacional, o êxodo rural, gerando mão-de-obra boa, barata e abundante; a substituição da manufatura pela fábrica e a transferência de capitais do campo para a cidade.

A todos fatores somaram-se profundos problemas estruturais, incluindo a pobreza, derivada do crescimento acelerado das cidades e do esvaziamento vertiginoso das áreas rurais. Uma inversão piramidal da vida, antes concentrada no campo, agora invadindo as cidades despreparadas para acolher a nova população que se instala nas periferias e nos cortiços - *locus* de vida de trabalhadores pobres e dos novos “cidadãos” urbanos.

3 Esse desfecho culmina com o que Abbagnano define como a idade do Renascimento (séc. XIV a XVI), uma renovação cultural e estética na literatura e nas artes ocorrida na Itália “[...] renovação moral, intelectual e política obtida através do retorno aos valores daquela civilização em que se julga que o homem tenha conseguido sua melhor realização: a civilização greco-romana [...]. Do Renascimento aponta as seguintes características: humanismo, renovação religiosa, renovação das concepções políticas - Maquiavel e Locke - e o naturalismo – interesse pela pesquisa direta Aristóteles.” (ABBAGNANO, 1962, p. 819).

Podemos dizer, ainda, que as conseqüências danosas da Revolução Industrial foram consideradas problemas ou *(de)feitos da modernidade*, impondo, dessa maneira, as características que conformaram o capitalismo moderno: o progresso técnico, a busca do lucro e a divisão das classes constitutivas do processo produtivo em consolidação. Essa revolução, que se espalhou pelo resto do mundo de forma desigual, no tempo e no espaço, chegou tardiamente na América Latina, no século XX, e, em alguns países, sequer chegou. Assim, foi a revolução industrial que mudou de forma radical a feição do mundo moderno. Mudança para melhor, ou para pior, na vida das pessoas e da sociedade, dependendo do ângulo teórico e ideopolítico em que se analisa.

Quanto à Revolução Francesa de 1789 e as suas raízes políticas, é possível afirmarmos que esse movimento revolucionário repercutiu em transformações muito importantes para o mundo. A França vivia um período reformista e para sanar as contas do Reino, aumentadas pelo custo das guerras externas, que mergulhou o país numa crise econômica, política e social agravada pelo preço do pão, foi capaz de abrir profundas fraturas no antigo regime. Viviam-se um período de muitos conflitos e também, de muitas articulações políticas para salvaguardar os interesses da Coroa. Esse clima foi adensado por um novo ambiente cultural produzido pelos filósofos iluministas que, com suas idéias reformistas e revolucionárias, jogavam mais lenha na fogueira das insatisfações populares.

Após dois séculos do ocorrido, a Revolução Francesa ainda emite seus ecos por todo o mundo. “Uma revolução que despertou nossa contemporaneidade” (MOTA, 1989, p. 206), pois rompeu com a estrutura estamental, consolidou a unidade do Estado Nacional, disseminou a educação pública, a formação de militares profissionais, criou moedas e bancos e instituições públicas de ensino e de cultura, incentivou a pesquisa em pleno processo revolucionário e implantou a República, considerada “provavelmente a mais notável assembléia na história do parlamentarismo” Finaliza o autor: “Não foi pouco. Testou-se a cidadania plena, sentiu-se o limite da história” (idem, p. 211).

Mesmo com a importância das revoluções francesa e industrial, não foi o século XVIII que descobriu as luzes. O Iluminismo expressa, propaga, tornando a razão um eixo central da história e do desenvolvimento humano. Contudo, antes de D’Alembert, Voltaire, Montesquieu, Robespierre, James Watt, Taylor e Ford, já existiam, também, Descartes, Newton, Locke, Bacon. Este último, investindo contra os preconceitos, a tradição e a inércia espiritual com seu método experimental; Descartes, fazendo da “luz natural” uma metáfora para explicar o racionalismo cartesiano; e Locke, com seu entendimento humano, faz da experiência a fonte do conhecimento, “submetendo o intelecto humano a uma minuciosa dissecação.” (FORTES, 1991, p. 24).

Finalizando nossa discussão sobre Iluminismo e Ilustração, diríamos que os acontecimentos econômicos e sociais ocorridos ao longo da transição feudal, deram luz à razão. O mundo real revela-se ao indivíduo pela via da ciência, tornando a nova racionalidade um conhecimento sistemático e científico e, ao mesmo tempo, um conhecimento universal, público e acessível ao homem; exterminando as crenças e dogmas que, até então, dominavam a consciência humana, valorizando a liberdade e autonomia da razão subjetiva; revelando, por fim, a capacidade intelectual do indivíduo.

Feitos e (de)feitos da modernidade⁴

Podemos afirmar que nos feitos da Modernidade, são tributados, em especial, os acontecimentos historicamente considerados revolucionários, antes e depois do século XVIII.

Marcondes atribui como um grande feito da modernidade, a revolução científica dos séculos XVI-XVII, por serem consideradas principais fatores desencadeantes do pensamento Moderno. Foi chamada de “nova ciência” e representada pela revolução copernicana, na qual Nicolau Copérnico formulou a teoria de sistema solar heliocêntrico, que se opôs ao modelo geocêntrico de cosmo, da tradição aristotélica. Galileu reproduziu esse confronto em: *Diálogo sobre os Dois Grandes Sistemas do Mundo*, 1632, e morreu por isso. (MARCONDES, 1994, p. 17).

A Modernidade desvelou a razão humana, atribuindo-lhe um cunho de criticidade que permitiu castigar as superstições e os fanatismos religiosos predominantes na (in)consciência dos homens; criticou a religião no sentido de afastar seus dogmas; defendeu o livre-arbítrio, a natureza racional do homem, a virtude e o saber.

Muitos autores atribuem a emergência do capitalismo à modernidade – enquanto um novo modo de produção no domínio econômico do mundo. Ela é também considerada como força libertadora, utopia, solidariedade social, crítica da realidade social; luta contra o despotismo, contra a ignorância; promessa de liberdade, igualdade, progresso e felicidade. A Modernidade impõe-se, dessa forma, como a substituição do sobrenatural, do mítico, do mágico; como ruptura e criação de uma nova cultura, criação de vanguardas na arte, literatura, escultura, pintura, arquitetura; modernidade como surgimento das ciências sociais; como paradigma criador de uma sociedade racional e secularizada, que substituiu a figura de Deus pela figura do homem.

4 A síntese dos feitos e (de) feitos da modernidade encontramos nos seguintes autores: Harvey, Giddens, Bauman, Touraine, Quijano, Arrosa Soares, Löwy, Souza Santos, Boris Franquel; Bermam e Rouanet.

Outros autores dizem, ainda, que a Modernidade transformou a razão num órgão de libertação humana, submetendo os indivíduos às leis naturais, em oposição ao sobrenatural, ao mesmo tempo em que exaltou a vontade coletiva transformando o homem em sujeito da história. A Modernidade criou, ainda, a riqueza e dela emergiram novas classes sociais – novos sujeitos sociais; criou o burgo, a cidade e a metrópole na expectativa de um progresso contínuo; criou um novo mundo, uma nova ciência, um novo pensamento econômico e filosófico – o liberalismo de Locke; criou a democracia política; lutou contra os conservadores da velha ordem feudal aristocrática; fomentou o socialismo científico (Marx e Engels) e criou novos pensadores sociais – Durkheim, Weber, Marx, Engels, Comte, Le Play, Simmel, Tocqueville, Tönnies, Freud, entre outros – que, apesar de modernistas em seu tempo, criticaram a modernidade apontando seus (de)feitos de então. Vamos aos (de)feitos de agora, no entendimento dos autores que se seguem.

No geral, as críticas antigas e atuais acusam a Modernidade de uma série de atrocidades decorrentes, fundamentalmente, da instrumentalidade que se fez da razão científica.

Em Löwy, & Bensaïd (2000), encontramos uma Modernidade da barbárie, deixando entrever que poderia existir outra Modernidade. Seus traços constitutivos são as duas grandes guerras mundiais⁵, a escravidão, o extermínio de povos (indígenas), o holocausto nazista com suas câmaras de gás, nos campos de extermínio de judeus pelo Terceiro Reich; torturas de prisioneiros políticos, resultado das várias ditaduras modernas de esquerda e de direita, como o fascismo e o stalinismo; guerra norte-americana no Vietnã. A modernidade inventou a máquina a vapor, mas também a bomba atômica testada em Hiroshima e Nagasaki.

Para Berman⁶, a Modernidade se constitui num conjunto de experiências que inclui possibilidades e perigos, representados por palavras ou expressões como: sólido, turbilhão, descoberta, mudança, industrialização, tecnologia, pressões, liberdade, identidade, etnias, destruição, explosão demográfica, catástrofes, medo, nostalgia, vergonha, arte, cultura, crescimento urbano, comunicação de massas, desenvolvimento, ambigüidades, contradições, Estados Nacionais, brilho, profundidade, indivíduo,

5 Algumas atrocidades provocadas na modernidade, incluindo as duas grandes guerras mundiais do século XX – foram bem analisadas por Eric HOBBSBAWM em “ERA DOS EXTREMOS: O breve século XX 1914 -1991”, 1995.

6 Trabalhamos desse autor apenas a introdução intitulada Modernidade, Ontem, Hoje e Amanhã do livro: “TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR”, com o objetivo de mapear suas compreensão de modernidade. Portanto, sequer mencionamos outros conceitos discutidos pelo autor, exemplos: modernismo e modernização.

sociedade, movimentos sociais, governantes políticos e econômicos, controle, manipulação das instituições, fragmentos, modernismo e modernização. A soma de tudo isso, ao mesmo tempo em que promete felicidade, conhecimento e transformação, ameaça destruir tudo aquilo que conquistamos, principalmente, a liberdade de pensar pelo nosso próprio intelecto e de colocar essa racionalidade a serviço do mundo.

A Modernidade atravessa o tempo e o espaço e tem a capacidade de unir os homens quando os interesses convergem (classe, nacionalidade, ideologia, religião), mas contraditoriamente, separa-os quando os conflitos aparecem.

A Modernidade é atravessada por acontecimentos que começam no século XVIII e invadem o século XX e Berman refere-se a esse turbilhão de acontecimentos como modernização⁷, dividindo a Modernidade em três fases: a primeira, do século XVI até o fim do século XVIII, quando as pessoas começavam a experimentar a vida moderna [...] num estado de *semicegueira*. A segunda tem como marco inicial a Revolução Francesa, período que combina modernismo - enquanto movimento cultural de idéias e valores que insuflou a vida do povo francês - e a modernização, enquanto transformações nas estruturas econômicas, políticas e sociais, alterando a rotina da sociedade e o modo de viver e pensar dos indivíduos. No século XX vivemos a terceira fase da Modernidade, com a expansão da modernização para o resto do mundo, quando o modernismo⁸ atinge seu apogeu na arte e no pensamento.

Segundo Berman, Marx já desvelara as contradições dessa época, ao observar que: “[...] em nossos dias tudo parece impregnado do seu contrário. [...]. O maquinário dotado de poder de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano, só faz, como se observa, sacrificá-lo e sobrecarregá-lo.” (BERMAN, 1989, p. 19). Referindo-se ainda a Marx, o autor afirma que, mesmo crítico da Modernidade, o filósofo alemão foi um moderno, pois confiava na capacidade humana de reverter seu lado negativo; confiou, precisamente, na classe mais atingida pelas contradições da Modernidade: a classe operária chamada por ele de “novos homens”, porque capazes de resgatarem os compromissos da Ilustração: igualdade, liberdade, felicidade e progresso; contrário do que vinha ocorrendo: progresso sem igualdade, liberdade e felicidade.

7 Nossa compreensão de modernização traduz-se pelas mudanças econômicas, políticas e sociais referentes aos estágios de desenvolvimento do capitalismo.

8 Rousseau é um dos arquétipos do início da idade moderna com sua novela “A nova Heloísa”, em que o herói escreve para a mulher amada expressando seu estado de torpor e embriaguez diante do turbilhão de sentimentos que representa viver em uma grande metrópole.

Sobre o século XX, é senso comum afirmar a explosão de acontecimentos históricos que envolvem toda a dinâmica societária. Para Berman foi um dos períodos mais ricos da história da humanidade, espalhando sua energia criativa pelos quatro cantos do mundo.

Até aqui, já podemos tirar uma *primeira ilação* quanto ao debate intitulado de pós-moderno: de uma leitura dialética passou-se a uma leitura positivista, já que para os modernos do século XIX, era tudo e nada; para os (pós)modernos do final do século XX é tudo ou nada. Visões que polarizam e engessam a Modernidade, impedindo-a de superar suas contradições. Nesse sentido, Modernidade não é somente o triunfo da razão, mas tudo aquilo que o homem é capaz de fazer de bom e ruim quando utiliza a razão, na medida em que assume as rédeas do próprio destino e se torna “sujeito pensante” e ativo. Tanto pode criar como pode destruir. Parece que os pós-modernos só se lembram da segunda possibilidade.

Em Rouanet (1987), encontramos novas contribuições sobre o debate da Modernidade, mediante uma rica análise sobre: Ilustração, Iluminismo, Razão, Modernidade e por que não: Pós-modernidade. Vamos conferir algumas dessas contribuições, sem jamais ter a pretensão de esgotá-las.

Inicialmente, o autor trava um longo diálogo com Walter Benjamin, Habermas, Foucault e Erasmo, este último precursor dos enciclopedistas do século XVIII (1987, P. 278), identificando nos diferentes autores traços de Modernidade e herança iluminista. Conversa, também, com alguns pós-modernos: Jean Braudrillard, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Jean-François Lyotard, Daniel Bell, Jacques Derrida, entre outras referências, mostrando que não há novidade nenhuma na pós-modernidade, à medida que está contida na própria Modernidade. Consideramos pertinente destacar a concepção de Iluminismo de Rouanet:

Propus o uso de Iluminismo para designar uma tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica que combate o mito e o poder a partir da razão. Nesse sentido, o Iluminismo é uma tendência trans-epocal, que cruza transversalmente a história e se atualizou na Ilustração, mas não começou com ela, nem se extinguiu no século XVIII. (ROUANET, 1987, p. 28).

Portanto, o Iluminismo é atual, contemporâneo e compreendido pelo autor – como pela maioria dos modernos – como movimento intelectual que no conjunto de suas idéias produziu, entre outros acontecimentos, a sociedade do liberalismo e do socialismo (real) – resultado das revoluções burguesas européia contra o feudalismo. Pensamento liberal que foi se construindo

baseado nas idéias de tolerância, de Voltaire; das garantias contra o Estado, de Montesquieu; das idéias de progresso, em Condorcet, e do papel da ciência e da moral, em Diderot.

Uma segunda ilação: o Iluminismo foi um movimento reformista que produziu revoluções e mudou a ordem do mundo e que alguns atribuem como desordem, o que não deixa de ser verdade em certos aspectos, como a modernização capitalista, quando bem analisada e criticada.

Rouanet discute, também, os ideais da Ilustração enquanto uma corrente de idéias que floresceram no século XVIII – momento central do pensamento iluminista – afirmando que os ilustrados tinham como principal bandeira a razão; como fé, a ciência; como crença, o progresso e, como teleologia, a individualização e autonomia do homem. Acreditava-se que esses ideais seriam conquistados mediante mudanças profundas nas relações sociais. O autor desculpa a Ilustração das críticas que lhe são atribuídas, por não ter cumprido todas essas promessas, e defende a centralidade que a mesma adquiriu no movimento iluminista, sua manifestação mais viva ou sua realização mais completa.

Terceira ilação: parece-nos que Foucault viveu um conflito entre a existência de uma razão, que tem a capacidade de criticar e denunciar o poder, e uma razão que serve de instrumento para a reprodução do próprio poder em todos os níveis: econômico, político, social e cultural. Na mesma linha crítica de Weber, Horkheimer, Habermas e o próprio Rouanet, que, inclusive, defende um novo Iluminismo. Conflitos que serão vivenciados por todos aqueles que ainda desejam resgatar os feitos da razão, na própria Modernidade.

Quanto a Habermas, a conversa se dá em torno da teoria da ação comunicativa, confirmando um autor em defesa da Modernidade; porém, uma Modernidade que está inconclusa. Para tanto, constrói sua proposta, em substituição à razão instrumental, baseada numa razão comunicativa. Não considera a Modernidade como um projeto falido, mas apenas incompleto. Não a nega, todavia, deseja completá-la mediante um novo paradigma – o da racionalidade comunicativa – resgatando as virtudes contidas no projeto iluminista. Posição contrária a Foucault, que repudia a Modernidade.

Uma quarta ilação: a posição de Rouanet alia-se à de Habermas, à medida que afirma: “[...] as patologias da modernidade só podem ser corrigidas pela própria modernidade.” (1987, p. 150).

Maior defesa da Modernidade, Rouanet nos indica com o próprio título de seu livro: *Mal-Estar na Modernidade*. Lá, está escrito Mal-Estar (na) e não (da) Modernidade, o que nos permite uma *quinta ilação*: na Modernidade cabem todas as críticas, sem, no entanto, debitá-las ao projeto histórico herdado do Iluminismo ilustrado. Há, no entanto, que se pensar uma nova

racionalidade; assim como uma nova Modernidade, a que autor chama de racionalismo neomoderno.

Aqui encontramos uma *sexta ilação*: a crítica de fundo da Modernidade está na substituição do teocentrismo pelo antropocentrismo e, mais particularmente, pelo etnocentrismo: A universalidade do homem que substituiu a universalidade de Deus. Mais precisamente, o homem europeu e a constituição dos direitos universais. O marxismo, enquanto corrente de pensamento da esquerda moderna, também é culpado por defender princípios e leis universais, tanto do ponto de vista epistemológico, filosófico quanto político. Aqui se inclui a crítica às grandes narrativas, ao determinismo econômico e à luta de classes.

Resumindo, Rouanet afirma que a crítica da Modernidade recai sobre o homem idealizado pelo projeto iluminista: negam-se os seus direitos e, portanto, o humanismo. O verdadeiro adversário é o particular que oprime: o racismo étnico que criou o particularismo branco, negro, judeu, árabe etc; o colonialismo, representado pela busca da própria identidade, que pode ser uma nova forma de segregação; o sexismo, em que a mulher é uma invenção do homem, assim como o negro é uma invenção do branco. A diferença entre homens e mulheres também pode ser uma forma de segregação. Seguem-se outros particularismos: a loucura, a língua, a cultura jovem etc. A particularidade condena o ser genérico criado pela Ilustração, diz o autor. É preciso, então, libertar a universalidade das amarras contra-iluministas. Para o autor, é preciso pensar um novo iluminismo (ROUANET, 1994, p. 46).

Que fazer com a pós-modernidade?

Para pensar a pós-modernidade, propomos, neste artigo, uma linha de diálogos pertinentes sobre os conflitos teóricos da pós-modernidade, mesmo tendo claro que a temática atravessa o debate da Modernidade, ou sua crítica; daí, inclusive a razão do *pós*. Todavia, para melhor interferência nesse debate teórico, é bastante apropriado remetermos a alguns autores que discutem de forma crítica as fragilidades do modismo pós-moderno. Netto e Wood, por exemplo, são autores modernos convictos, cujas análises fazem a *ponte* entre a Modernidade e a pós-modernidade, e ambos consideram a segunda, a raiz da crítica à primeira. Com esses autores, fica demarcada nossa perspectiva sobre essa temática.

Netto (2002) discorre sobre um tema que nomeou *de Pós-modernidade: gênese, significado histórico e traços constitutivos*. Mas, para efeito desta conclusão, extraímos apenas aquelas análises referidas à Modernidade, mesmo já tendo

afirmado que hoje essa discussão está totalmente entrelaçada, principalmente, quando se remete às críticas da razão e da Modernidade.

Wood propõe-se a debater acerca de elementos que possam dar conta da criticidade, tão necessária para uma relação combativa dos meios perversos utilizados pela classe que detém o poder econômico no capitalismo. Sobre isso, traz uma reflexão sobre nossas dificuldades para enfrentar os novos ardis capitalistas já que, “[...] não sabemos como agir contra o capitalismo; estamos esquecendo mesmo como pensar contra ele.” (1999, p. 21).

Assim, na atualidade, alguns autores identificam a pós-modernidade como um novo construto teórico ou uma nova episteme, o que Netto nega terminantemente, afirmando com suas palavras que “[...] não há uma teoria pós-moderna. Não há uma posição teórica pós-moderna. Há campos distintos que se reclamam como pós-modernos. Não há um teórico pós-moderno. Existem teóricos pós-modernos”, citando, entre outros, Lyotard como um exemplo expressivo de intervenção pós-moderna no campo da epistemologia.

Mas, o que Netto pensa da Modernidade? Vejamos: “[...] a Modernidade é um programa sociocultural da Ilustração [...] é a projeção sociocultural da Ilustração [...]” identificando a Ilustração como um capítulo do Iluminismo - projeto racionalista que tem sua origem na polis grega e atravessa vários processos históricos da sociedade ocidental, portanto trans-histórico. Aqui, ele faz uma correção aos livros de história contemporânea que tratam o Iluminismo e a Ilustração como sinônimos. Define assim: a ilustração é a expressão ideal da hegemonia burguesa revolucionária “[...] um capítulo do Iluminismo; um episódio do projeto iluminista [...] tendo em comum o fato de fundar a possibilidade da emancipação, ou seja, a liberdade humana, no conhecimento racional.” (NETTO, 2002).

O autor sintetiza sua compreensão sobre Modernidade nos seguintes termos: Modernidade é um programa sociocultural que propõe a utilização racional da natureza e a dimensão emancipatória para a sociedade. Aqui, então, começam as críticas pós-modernas, fundadas na crítica anti-moderna, que vem de Nietzsche. O autor retoma tais críticas e as atualiza na figura de Boaventura de Souza Santos, entre outros, que acusam a Modernidade de ter substituído o pilar da emancipação pelo da regulação, via a ciência e o Direito modernos. Daí, aquela idéia de que a utilização racional da natureza foi substituída por uma razão instrumental responsável pela sua destruição. Outras acusações se seguem, como por exemplo, as guerras, ao invés da paz prometida pelo projeto ilustrado: “Os pós-modernos compararam as promessas com os resultados, e não gostaram do que viram.” (NETTO, 2002).

Nesse aspecto concordamos porque ninguém é louco de pactuar com uma série de acontecimentos desastrosos que assolaram o mundo, especialmente

no século XX, apontados, de forma competente, pelos pós-modernos. Netto, também, todavia, discorda da forma como as críticas são formuladas e a quem elas são dirigidas, sem responsabilizar realmente os culpados. Reconhece que, ao invés de uma sociedade justa como a idealizada pela Ilustração, temos uma sociedade injusta, acrescida de vários desastres ecológicos e sociais. Contudo, não faz coro com aqueles que defendem as teses pós-modernas, contrárias às promessas da Modernidade, consideradas como falaciosas e irrealizáveis; alguns, inclusive, querendo reescrever a história dos últimos 200 anos, como se isto fosse possível e necessário; e outros, que acreditam na possibilidade de se resgatar os valores do projeto ilustrado, mas realizá-los numa outra Modernidade.

Já mencionamos Berman, Habermas, Rouanet. Netto também faz referência aos mesmos autores, acrescentando Giddens e Boaventura de Souza Santos, autores que se propõem a encontrar “chaves heurísticas para apreender novos conteúdos históricos no período que se abre à transição do século XX para o XXI.” (NETTO, 2002).

Sétima Ilação: Habermas fala em Modernidade incompleta; Rouanet fala em novo iluminismo e racionalidade neomoderna; Giddens fala em alta Modernidade; e Netto fala em Modernidade. Falam da mesma coisa com perspectivas e estratégias diferenciadas. Nem mesmo um pós-moderno, como Boaventura de Souza Santos, conseguiu sair do terreno da Modernidade, pois busca aquilo que a Ilustração já buscava: a felicidade. Netto atribui esse “desencanto” com a Modernidade, às transformações contemporâneas, levando ao fim das *utopias*, enterradas com o “Maio de 68” na França. Diz o autor:

Quem achava que ia fazer a revolução depois de amanhã às 8:30 virou verde e passou a acreditar na democracia, quando não se transformou em neoliberal ou pós-moderno [...] enterrando e derrubando todo projeto socialista existente, e criando as condições para a expansão do projeto neoliberal no mundo. Quem tinha a revolução como horizonte histórico passou agora, a acreditar apenas no indivíduo. Veja: não existe mais a sociedade, só existe o indivíduo. (NETTO, 2002).

Afirma ainda que uma das características fundamentais da pós-modernidade é desqualificar o referencial objetivo da verdade. Para os pós-modernos, não existe verdade, mas verdades. A verdade é o consenso de diferentes verdades. “Produto de uma comunidade interpretativa”, diz Netto, referindo-se a Boaventura Souza Santos. Aponta alguns elementos constitutivos da pós-modernidade: um anti ontologismo radical em que a realidade é produto da representação do sujeito; não existe separação entre natureza e sociedade e a verdade obtém-se através da argumentação e do consenso.

A ruptura com a Modernidade, presente na proposta de boa parte dos teóricos que se dizem pós-modernos, se traduz pela defesa de uma *nova racionalidade* expressa pela razão do nosso tempo. Para esses autores, a pós-modernidade contribui “[...] com novos instrumentos teóricos para desvendar o tempo presente. Um tempo em transição, de perplexidade [...]” (NETTO, 2002). Um pensamento que acredita estar reatualizando a leitura dos acontecimentos históricos, garantindo a eles sua contemporaneidade. Diz o autor que os problemas atuais são relevantes e desafiam a intelectualidade a pensar explicações e soluções frente às demandas que são postas por essas transformações.

À tentativa de explicação pós-moderna, atribui-se um espírito científico atualizado. Netto contraria tal perspectiva e coloca-a numa posição minoritária. Afirma ser a pós-modernidade uma ideologia (no sentido de Marx e Engels). Pura ideologia, à medida que a intelectualidade - cuja perspectiva teórica busca explicar os novos fenômenos sociais independente das “raízes histórico-sociais efetivas que se expressam nesses sinais” (NETTO, 2002); o autor analisa a realidade social de forma especulativa. Quem se intitula pós-moderno não interpreta, mas tão somente “olha” os novos acontecimentos, responsabilizando a ciência, a razão e a tecnologia pelo que estão vendo.

Última ilação: A crítica pós-moderna, em que pese sua contribuição inegável, arrasta consigo teorias clássicas que vêm explicando o mundo e a sociedade nos últimos séculos. Para os pós-modernos não existem metateorias (grandes narrativas). Tudo virou *dogmático, reducionista e anacrônico*. O mais espantoso é o fato de que esses “teóricos” conseguem jogar três séculos de história, em apenas três décadas, já que essa crítica nasce no final dos anos 70. A partir daí, só se explica o mundo, a realidade, através da representação do sujeito encarnado nas microteorias, pois só elas dão conta da subjetividade, da dimensão cultural da vida. As grandes teorias se perderam na análise das totalidades, ocultando o indivíduo (subjetivo) e valorizando apenas o coletivo, levando ao totalitarismo de esquerda e de direita. Para Wood: “[...] os pós-modernistas rejeitam o universalismo iluminista alegando que ele nega a diversidade de experiências, culturas, valores e identidades humanas. Porém essa rejeição do universalismo em nome de um pluralismo libertador é contraditória e auto-reguladora.” (1999, p. 19).

Vejamos que a referência da autora para a tensão existente no debate teórico da Modernidade e da pós-modernidade chama a atenção para o perigo que representam os argumentos defensáveis de novas categorias teóricas quando essas significam o preterimento de valores da teoria clássica marxista, que pressupõem a emancipação humana no plano coletivo.

Podemos perceber que, tanto Netto como Wood, dão enfoque às incoerências das perspectivas pós-modernas que, em nossa avaliação, acenam para a perda da cientificidade e da tão necessária crítica para a compreensão das perplexidades contemporâneas.

Efeitos atuais das tensões teóricas nas políticas públicas

O entendimento do que este texto vem tecendo até aqui pode melhor conduzir a interpretação sobre debates contemporâneos acerca dos efeitos que as políticas neoliberais trazem para as sociedades num contexto global. Negar a história e seus elementos constitutivos seria, no mínimo, uma posição cômoda de adaptação aos “guetos” humanos que se privilegiam no jogo do sistema financeiro do capital. Dupas analisa muito bem que:

A primazia dos mercados globais incluiu a privatização do conceito de cidadania, construindo a metáfora da soberania popular triunfando sobre os Estados coercitivos para assegurar a liberdade individual. Após a queda do muro de Berlim, algumas mentes mais afoitas chegaram a criar a fantasia de que a questão da liberdade havia sido resolvida por exclusão de alternativas. Eram as teorias do fim da história, na suposição de que o liberalismo – como único sistema – e que os livre mercados levariam à paz e à prosperidade. Essas teses esdrúxulas tiveram boa acolhida num quadro de apatia dos cidadãos e de insignificância do discurso político das elites. No entanto, a aplicação das idéias neoliberais veio acompanhada de um enorme crescimento das turbulências internacionais de uma inédita sucessão de crises e guerras localizadas, que caracterizaram os anos 90 e o início do século XXI. (DUPAS, 2003, p. 15).

Sua crítica ao modismo de teorias pós-modernas é pertinente, visto que a crise socioeconômica que se instala na contemporaneidade acaba por ser legitimada por políticas que, apesar de criticarem as relações mercadológicas, em detrimento de relações solidárias entre os homens, não focalizam os fatores que as determinam, desprezando, com isso, o legado da compreensão marxista sobre a luta de classes e o processo de maximização da mais valia, na perversidade de um sistema produtivo cada vez mais excludente.

A relação de dependência econômica dos países latino-americanos, por exemplo, trata-se de uma realidade mais próxima e que salta aos olhos dos pesquisadores brasileiros, m fenômeno de desigualdade social que tem sido lido com diferentes perspectivas, dentre tais, a discussão trazida por Dupas assevera que:

Durante a modernidade, tanto os dominados como os dominantes haviam sido considerados cidadãos ante a legislação do Estado ou, coletivamente, como povo ante a constituição. A razão universal, formal e abstrata, criara entre o indivíduo – com sua consciência subjetiva – e o mundo objetivo uma oposição que era mediada pelo espaço da política. No entanto, na pós-modernidade o conceito de sociedade acabou sendo absorvido pelo mercado e não pelo Estado. Na verdade, a pós-modernidade não mais produziu uma identidade coletiva, o sentido dessa identidade não foi mais

percebido, nem via cultura, nem por meio de uma ideologia de legitimação associada ao poder e a uma comunidade política. (DUPAS, 2003, p. 12-13).

Considerando ainda a posição de Dupas, ao interpretar as perplexidades evidentes da sociedade civil – Estado e liberdade no embate do público e do privado – esse autor, articula, através de uma leitura dialética, as transformações ocorridas no período pós-guerra, afirmando que essas contribuíram para a criação de uma “nova órbita conceitual, na qual o espaço conceitual da sociedade civil foi absorvido na esfera privada do mercado desregulado.” (DUPAS, 2003, p. 40).

Nesse sentido, a partir dos anos 90, as políticas públicas brasileiras resultam de um projeto macro-político hegemônico no mundo. O Brasil tem sofrido, por longa data, as conseqüências de gestões presidencialistas submetidas aos ditames do capital global.

As políticas públicas brasileiras, gradativamente, vão sendo afeiçoadas às estratégias de flexibilização das parcerias com o setor privado, e isso imprime à sociedade civil perdas irreparáveis de Direitos Sociais, perdas que se tornam imperceptíveis, no jogo nebuloso da agenda de Reforma Democrática do Estado.

Esses processos de transformação do espaço público da sociedade civil no chamado estágio pós-moderno, apresentam-se, a partir de mecanismos operacionalizados pelo poder público para a adaptação consensual dos sujeitos que internalizam a lógica da eficiência e da eficácia fundada no ideário neoliberal.

Diante desse contexto, os serviços públicos oferecidos à população são desqualificados e, em meio a processos de privatização de alguns setores estratégicos de instituições estatais, a sociedade civil brasileira tem sido submetida a contra-reformas de cunho mercadológico.

As políticas públicas, no Brasil, por exemplo, têm sido, a partir da Constituição de 1988, direcionadas ao atendimento dos preceitos legais que se atrelam ao fundamento do liberalismo. Todavia, é salutar destacarmos que o movimento da Constituinte tenha se caracterizado por uma efervescência socialista, nele vislumbrou-se a possibilidade de um grande avanço para a sociedade civil brasileira.

Em que pesem avanços e limites da Carta Magna, a partir dos anos 90 as Emendas Constitucionais foram trazendo perdas de Direitos Sociais significativos para a classe trabalhadora. Parte daqui a necessidade de articulação dos movimentos sociais e maior mobilização da sociedade civil para a recuperação das forças combativas das lutas sociais.

Quanto ao quadro das Políticas Públicas para a Educação, a referência de Silva Jr. E Sguissardi sobre *Novas Faces da Educação Superior no Brasil: Reforma do Estado e mudança na produção*, apresenta um estudo criterioso sobre as resultantes dos desdobramentos legais de cunho neoliberal para a educação superior brasileira. Os autores fazem nos perceber que:

Tanto as medidas implementadas pelo MARE, quanto às de iniciativas do MEC parecem apontar para um gradativo afastamento do Estado das responsabilidades constitucionais de manutenção desse serviço público estatal e indução à busca de recursos para sua manutenção junto à fonte privadas, incluindo-se a adoção de ensino pago. Apontam também na direção de gradativa transformação das IES em universidades de ensino, do fim da carreira docente nacional e da matriz salarial isonômica e conseqüente implantação de regimes precarizados de trabalho nas IFES. (SILVA JR. e SGUISSARDI, 2001, p. 70).

A posição dos autores citados acima revela que o principal órgão oficial do sistema de ensino brasileiro adota a racionalidade economicista, imperiosa no contexto global. Por via de decretos impõe às instituições públicas de ensino superior uma lógica que desqualifica sua produção acadêmica, implica na existência de uma nova lógica de universidade pautada nos princípios e necessidades do Mercado, com práticas administrativas na organização do trabalho institucional que se caracterizam como gerencialistas. E, ainda o que é mais preocupante, esse contexto indica uma perspectiva de gerenciamento, qual tem revelado que os quadros dirigentes das universidades vinculam o projeto institucional ao sistema produtivo.

Quanto à Educação Básica, referenciamos outro importante estudo que pode ser destacado como excelente referência de leitura crítica da realidade nas definições da política educacional dos anos 90. Trata-se de Peroni, que muito apropriadamente revela os trâmites da política educacional e seus resultados e ainda da política de financiamento para a educação brasileira. Para a autora,

A estratégia em curso no Brasil é a de financiar-se o capital especulativo com juros altos, o que aumenta a dívida pública. Portanto, os Estados e os municípios pagam duas vezes pelo déficit público, pois suas dívidas estão se tornando irresgatáveis, e ainda assumem as políticas sociais, que passam a ser cada vez mais, descentralizadas, o que se torna inevitável e, assim, a sociedade terá de assumir as tarefas que, até então eram do Estado. (PERONI, 2003, p. 141-142).

Sem a pretensão de fechar uma discussão que apresenta tantos elementos a serem explorados em nível teórico, este texto culmina com a problemática que se tem em aberto para os estudiosos que se preocupam com a qualidade dos serviços públicos neste país. A questão posta se contrapõe ao projeto societário dominante, pois requer pensarmos novos elementos que fomentem as lutas sociais para que esta ganhe força reivindicativa. Todavia, sem a análise crítico-compreensiva da realidade, com categorias que, de fato, revelem os fatores determinantes das contradições renovadas do capitalismo, qualquer discussão teórica torna-se evasiva.

Nesse sentido, coadunamos com Leher, quanto às categorias que devam serem utilizadas para a leitura das políticas públicas no tempo presente. Ressalta o autor o cuidado com categorias, como autonomia, descentralização e esfera pública, na medida que podem expressar idéias reconceitualizadas do ideário neoliberal, o que poderá levar a sociedade civil à novas formas de consenso. Afirma, apropriadamente, que:

Um dos argumentos mais reiterados pelo Banco Mundial e pelos Governos neoliberais a favor da descentralização, da municipalização e da maior autonomia às escolas é que além de torná-las mais eficazes e eficientes, tais medidas permitem uma maior democratização do Estado devido à ampliação da participação da comunidade (escolar nos termos de Gohn). Uma forma de efetivar essa participação é o estabelecimento de parcerias. No entanto, os parceiros preferenciais são as entidades chamadas de ‘terceiro setor’, ditas capazes de constituir uma ‘esfera pública não estatal’, configurando o que Habermas chamou de ‘mundo da vida’. (LEHER, 2001, p. 17).

Como superar os percalços das políticas públicas, especialmente os da educação pública em nível básico e superior, diante da desobrigação do Estado quanto à garantia desse Direito inalienável do ser humano – que é a educação, em condições confiáveis de emancipação do coletivo? O encaminhamento político de construir uma esfera pública não estatal, como bem referiu Leher, revela-se por via de mecanismos de privatização interna das instituições públicas e ainda pela própria transferência de responsabilidades do Estado para ONGs (Organizações Não-Governamentais).

A problemática com a qual concluímos provisoriamente, este artigo quer fundamentalmente revelar nossa inquietação diante dos fatores que desencadeiam a desqualificação dos serviços públicos. Qual mobilização pode deter a privatização do público? Utilizando os fortes elementos de reflexão dos autores aqui citados, como garantir os direitos sociais em meio às perplexidades contemporâneas? Nossas questões não se esgotam, apenas indicam a necessidade de organização da sociedade civil para fortalecer as lutas sociais contemporâneas com a perspectiva de um projeto societário emancipador e de cunho igualitário.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1962.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. v. I e II. Brasília: UnB, 1995.
- BOTOMORE, T. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zelar, 1983.
- CANÊDO, L. B. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Atual, 1987.
- DUPAS, G. **Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FORTES L. R. Salinas. **O iluminismo e os reis filósofos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LEHER, R. . Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos novos movimentos sociais na educação. In: Pablo Gentili; Gaudencio Frigotto. (Org.). **A Cidadania Negada**. 2 ed. São Paulo/ Buenos Aires: Cortez/ CLACSO, 2001, v. 1, p. 151-172.
- LÖWY, M.; BENSAID, D. **Marxismo, Modernidade e Utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.
- MARCONDES, D. A crise de paradigmas e o surgimento da Modernidade. In. BRANDÃO, Z.(Org.) **A Crise dos Paradigmas e a Educação**. Questões da Nossa Época. São Paulo: Cortez, 1994.
- MOTA, C. G. **A Revolução Francesa: 1789-1799**. São Paulo: Ática, 1989.
- ORDOÑEZ, M. & QUEVEDO, J. **HISTÓRIA GERAL**. São Paulo: IBEP, 2000.
- PERONI, V. **Política educacional e papel do estado: no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.
- ROUANET, S. P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A Coruja e o Sambódromo.** In. Mal-estar na modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WOOD, E. M. O que é a agenda pós-moderna? In: WOOD, E.M e FOSTER, J.B. **Em defesa da História:** Marxismo e Pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 07-22.

Eventos

NETTO, J. P. **Pós-modernidade:** gênese, significado histórico e traços constitutivos. Palestra proferida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Abril, 2002. (mimeo).

Data de recebimento: 15/08/2008.
Data de aceite: 02/09/2008.

